

Apicultura

Legislação

Legislação Nacional

[Decreto-Lei nº 39 209](#), de 14 maio 1953 - estabelece as medidas de polícia sanitária veterinária e obrigatoriedade de declaração de uma lista de doenças animais.

[Decreto-Lei nº 203/2005](#), de 25 de Novembro - estabelece o regime jurídico da atividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas.

[Portaria nº 349/2004](#), de 1 de Abril - fixa a densidade de implantação de apiários na área da Região do Alentejo.

[Decreto Legislativo Regional nº 24/2007/A](#), de 7 de Novembro - estabelece o regime jurídico da atividade apícola e normas a que obedecem a produção, transformação e comercialização de mel na Região Autónoma dos Açores.

[Despacho nº 4809/2016](#), de 8 de Abril - aprova o modelo de registo da atividade apícola e de declaração de existências e determina o período de declaração anual de existências.

[Despacho nº 14536/2006](#), de 21 de Junho - relativo a indemnizações na sequência de abates sanitários.

[Portaria 8/2017](#), de 4 de janeiro - fixa a densidade de implantação de apiários dos municípios de Castelo Branco, Covilhã, Fundão, Idanha -a -Nova, Oleiros e Vila Velha de Ródão, da área da Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro.

Legislação Comunitária

[Diretiva 92/65/CEE](#) do Conselho, de 13 de Julho, na sua versão atual - *define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémen, óvulos e embriões não sujeitos, no que se refere às condições de polícia sanitária, às regulamentações comunitárias específicas referidas na secção I do anexo A da Diretiva 90/425/CEE.*

[Regulamento \(UE\) nº 206/2010](#) da Comissão, de 12 de Março de 2010 - *estabelece as listas de países terceiros, territórios ou partes destes autorizados a introduzir na União Europeia determinados animais e carne fresca, bem como os requisitos de certificação veterinária.*

[Decisão de Execução \(UE\) nº 2019/1895](#) da Comissão, de 7 de novembro de 2019 - atribui estatuto de indemnidade de varroose de 6 ilhas da Região Autónoma dos Açores: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge e Corvo.